

Em nota, Ajufe diz que momento do país é propício para agenda positiva

Diante das manifestações populares que tomam conta das ruas das principais cidades do país, a Associação dos Juizes Federais do Brasil emitiu nesta quarta-feira (26/6) nota na qual afirma que “o momento é propício para a construção de uma agenda positiva”.

Colocando-se à disposição para o debate, a entidade defende fim do foro por prerrogativa de função, legislação mais dura contra corrupção, rejeição das PECs 33 e 37 e melhor controle dos gastos com a Copa do Mundo.

"A Ajufe também aponta a necessidade de serem retomados os debates sobre a forma de indicação de ministros das Cortes Superiores, a ampliação da democratização interna do Judiciário e a federalização da Justiça Eleitoral."

Leia a íntegra da nota:

Neste momento histórico para a nação, em que a sociedade legitimamente clama por direitos e melhoria nos serviços públicos, a Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE entende fundamental o diálogo dos poderes constituídos com a sociedade civil em torno de propostas concretas que promovam uma reforma política e medidas que objetivem reduzir a corrupção, o sentimento de impunidade e a desigualdade social.

O momento é propício para a construção de uma agenda positiva que tenha por objetivo aprimorar as instituições e encontrar soluções para os problemas concretos que afligem o país e que são o foco da insatisfação popular. Isso exige engajamento das autoridades constituídas, em todos os níveis da Federação.

Nessa perspectiva, os juizes federais brasileiros põem-se à disposição para colaborar com o debate, como parte das suas posições históricas: ampliação do acesso à Justiça pelas camadas excluídas, transparência na Administração Pública, reformas processuais com diminuição de recursos, aceleração dos julgamentos, fim do foro privilegiado, legislação mais dura e efetiva contra atos de corrupção, além da rejeição das PECs 33 e 37 e publicidade e controle nos gastos com a Copa do Mundo.

A Ajufe também aponta a necessidade de serem retomados os debates sobre a forma de indicação de ministros das Cortes Superiores, a ampliação da democratização interna do Judiciário e a federalização da Justiça Eleitoral.

Brasília, 26 de junho de 2013.

A Diretoria.

Date Created

26/06/2013